

País deve voltar a crescer em 2 anos, diz secretário

Mendonça de Barros acredita que nesse prazo Brasil alcançará condições de manter juros em nível baixo

LU AIKO OTTA

BRASÍLIA — Em 24 meses, o Brasil terá alcançado as condições necessárias para manter as taxas de juros num nível baixo e permitir a aceleração do crescimento econômico. "Em dois anos, teremos de estar com uma taxa razoável, ou todo nosso esforço terá sido em vão", disse ao **Estado** o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, José Roberto Mendonça de Barros. "As condições para isso estarão dadas num período contável em meses — não dois ou três, mas talvez um ano e meio, dois."

Nesse prazo, acredita o secretário, as bases da economia brasileira estarão sólidas o suficiente para o Brasil não ficar à mercê da saúde econômica dos demais países de economia emergente, como ocorreu na crise

asiática. O déficit em transações correntes do País cairá dos atuais 4,15% do Produto Interno Bruto (PIB) para algo entre 3% e 3,5% do PIB, graças ao crescimento das exportações e ao ingresso de investimentos de longo prazo. "Esse nível é visto pelos agentes econômicos internacionais como algo financiável", comentou o secretário.

"A crise da Ásia exacerbou justamente os problemas que vínhamos enfrentando na condução da política econômica", comentou. "É uma espécie de teste sobre quão consolidado está o programa de estabilização." Portanto, acredita Mendonça de Barros, o governo deve avançar na direção que já havia escolhido antes da crise: buscar maior equilíbrio na área fiscal, por meio das reformas da Previdência, administrativa e tributária, e reduzir o déficit no balanço de pagamentos.

Por enquanto, o Banco Central mantém a orientação de reduzir os juros gradualmente. "É preciso ir

com cuidado, porque essa questão não admite arrependimento", disse Mendonça de Barros. "Não é uma coisa que se possa reduzir e depois aumentar, fazendo uma sintonia fina, porque os efeitos sobre a economia são muitos." Ele lembrou que a crise nos mercados asiáticos não está superada, nem está totalmente afastado o risco de um confronto no Oriente Médio, o que contribuiria para "azedar" ainda mais o clima mundial. Mas, acredita o secretário, essa necessidade de administrar os juros segundo as condições de curto prazo ficará menor à medida em que avançarem as reformas em andamento no País.

Para o déficit em transações correntes cair, o Brasil precisa aumentar as exportações e receber investimentos de longo prazo, segundo explicou o secretário. Isso se dá por um conjunto de fatores que aumentariam a produtividade da economia brasileira — como, por exemplo, regras mais flexíveis para o mercado de trabalho. "Iniciativas como o banco de horas extras se espalharam por todo o País, o que é positivo", disse Mendonça de Barros.

A produtividade e as exportações também crescerão após a aprovação da reforma tributária. "Acho que a discussão está madura para deslanchar", acredita Mendonça de Barros. "Está-se criando um consenso de que a guerra fiscal, no fim das contas, traz perdas para todos." Por isso, avaliou Mendonça de Barros, as resistências à mudança na estrutura tributária devem diminuir. A reforma tributária eliminaria contribuições que incidem sobre cada etapa da produção de um bem, como a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), o que tornaria as exportações brasileiras mais competitivas.

Para os juros caírem de forma significativa com segurança, é necessário também que o País precise menos de financiamentos externos, passando a utilizar fontes internas de recursos — a poupança interna.

DÉFICIT
CORRENTE PODE
CAIR PARA ATÉ
3% DO PIB